



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DO TRIUNFO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CÓPIA

PROJETO DE LEI Nº 45/2021

Câmara Municipal de Barão do Triunfo
RECEBIDO EM 23/9/21
PROTOCOLO Nº 059/21

"DISPÕE SOBRE PARCELAMENTO DE CRÉDITOS DE NATUREZA TRIBUTÁRIA E NÃO TRIBUTÁRIA, CONCEDE ANISTIA E/OU REDUÇÃO DE JUROS MORATÓRIOS E MULTA DE MORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ELOMAR ROCHA KOLOGESKI, Prefeito Municipal de Barão do Triunfo, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

ART. 1º Esta Lei institui o parcelamento de dívidas tributárias e não tributárias, o qual deverá ser requerido até 31 de dezembro de 2021, nas condições nela especificadas:

I. Poderão ser parcelados nas condições desta Lei, os débitos de natureza tributária em fase de execução fiscal ou cobrança já ajuizada, relativos à Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, exceto aquele abrangido pelo Simples Nacional que não tenha sido objeto de convênio com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, nos termos do artigo 41 da Lei Complementar nº 123/2006, Taxas, e Contribuição de Melhoria, com exigibilidade suspensa ou não, inclusive os decorrentes de falta de recolhimento de valores retidos e , ainda, os débitos oriundos da prestação de serviços pelo Município, conforme a Lei.

II. Poderão ser parcelados, ainda, nas condições desta Lei, os débitos de natureza não tributária em fase de execução fiscal ou cobrança já ajuizada, relativos a multas administrativas, prestações e/ou parcelas decorrentes de contratos de compra e venda de imóveis, de concessão de uso, de permissão de uso, de cessão de uso, de autorizações de uso, de aluguéis, de arrendamentos, de penalidades pecuniárias aplicadas em processos judiciais, e demais débitos de natureza não tributária, com exigibilidade suspensa ou não, inclusive os decorrentes de falta de recolhimento de valores retidos.

ART. 2º Podem aderir ao parcelamento as pessoas responsáveis pela respectiva obrigação tributária e/ou não tributária, inclusive sucessores, responsáveis tributários e/ou terceiros interessados, assim definidos no Código Tributário Nacional, no Código Tributário Municipal, no Código Civil, e legislação aplicável à espécie.

Parágrafo único. As pessoas a que se refere o caput deste artigo podem se fazer representar, ainda, por



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DO TRIUNFO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

procurador, desde que devidamente constituído mediante procuração com firma reconhecida em tabelionato.

ART. 3º - Para a obtenção do parcelamento, as pessoas enunciadas no artigo anterior deverão:

I. No caso de pessoa física, anexar cópias dos seguintes documentos atualizados:

- a) Cópia do documento de identidade com foto;
- b) Cópia do CPF - Cadastro de Pessoa Física no Ministério da Fazenda;
- c) Cópia de comprovante de endereço (conta de água, luz ou telefone fixo).

II. No caso de pessoa jurídica, deverão ser anexados os seguintes documentos:

- a) Cópia dos atos constitutivos que contenham expressamente a indicação do administrador e os poderes de representação da sociedade;
- b) Cópia do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- c) Cópia do CPF - Cadastro de Pessoa Física no Ministério da Fazenda, do administrador;
- d) Cópia do comprovante de endereço (contas de luz, água e/ou telefone fixo) do administrador;
- e) Procuração por instrumento público, original ou cópia autenticada em cartório, ou original de procuração por instrumento particular com o devido reconhecimento de firma.

ART. 4º. O débito será atualizado e consolidado segundo a respectiva natureza, condições contratuais e/ou legislação municipal aplicável à espécie, até a data do parcelamento, observados os seguintes critérios:

I. Quanto aos Débitos de Natureza Tributária, o principal será atualizado monetariamente na forma estabelecida pelo Código Tributário Municipal, e legislação correlata, aplicando-se os juros e multa moratórios fixados pela legislação tributária do Município;

II - Quanto aos Débitos de Natureza Não Tributária, o principal será atualizado monetariamente na forma estabelecida pela legislação municipal ou pela contadoria do foro quando o mesmo tiver origem em pena pecuniária oriunda de processo judicial, aplicando-se os juros e multa moratórios nela fixados.

III - Serão excluídas do parcelamento as custas, despesas processuais e honorários advocatícios, cujo respectivo recolhimento deverá ser previamente realizado no Juízo competente ou na Tesouraria da Prefeitura Municipal, e devidamente comprovado para obtenção do parcelamento de que trata a presente Lei, ressalvadas as hipóteses de deferimento judicial do benefício de gratuidade da Justiça, em conformidade com a Lei Federal nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, caso em que as mesmas não



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DO TRIUNFO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

serão devidas;

IV - A consolidação abrangerá todos os débitos existentes em nome ou sob responsabilidade do devedor, na condição de contribuinte ou responsável, alcançando, inclusive, os acréscimos legais e demais encargos, nos termos da legislação aplicável a cada espécie;

V. Existindo débitos de natureza tributária e não tributária de responsabilidade de um mesmo contribuinte/devedor, a confissão da dívida e a assunção formal do compromisso de pagamento parcelado dar-se-á em termos separados, segundo a natureza e espécie de cada débito.

ART. 5º. Em caráter excepcional e temporário, e nos termos autorizadores dos artigos 180 e seguintes do Código Tributário Nacional, fica o Executivo Municipal autorizado a receber em parcela única, com anistia integral de juros e multa moratória ou parcelar débitos tributários e não-tributários, inscritos e/ou não inscritos em dívida ativa, observadas as demais regras estabelecidas pela presente Lei, nas seguintes condições:

I. Em parcela única até 30 de abril de 2018, com anistia integral de juros moratórios e multa de mora sobre o valor originário devidamente atualizado pelo IPCA-E até a data do efetivo pagamento;

§1º Poderão ser parcelados, dentro dos prazos a seguir fixados, quaisquer débitos e/ou saldos tributários e/ou não-tributários, inscritos e/ou não inscritos em dívida ativa, desde que o fato gerador do tributo ou da obrigação não-tributária tenha ocorrido até 31 de dezembro de 2017, com dispensa ou redução do valor dos juros moratórios e dispensa ou redução integral da multa de mora, nos seguintes termos e condições:

a) Em até 3 (três) parcelas mensais, sendo a primeira em até 30 (trinta) dias contados da adesão ao plano de parcelamento e o saldo em parcelas consecutivas desde que cada parcela não seja inferior a 2 URM com redução de 90% (noventa por cento) do valor dos juros moratórios e da multa de mora.

b) Em até 6 (seis) parcelas mensais, sendo a primeira em até 30 (trinta) dias contados da adesão ao plano de parcelamento e o saldo em parcelas consecutivas desde que cada parcela não seja inferior a 2 URM com redução de 80% (oitenta por cento) do valor dos juros moratórios e da multa de mora.

c) Em até 12 (doze) parcelas mensais, sendo a primeira em até 30 (trinta) dias contados da adesão ao plano de parcelamento e o saldo em parcelas consecutivas desde que cada parcela não seja inferior a 2 URM com redução de 70% (setenta por cento) do valor dos juros moratórios e da multa de mora.

d) Em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais, sendo a primeira em até 30 (trinta) dias contados da adesão ao plano de parcelamento e o saldo em parcelas consecutivas desde que cada parcela não seja inferior a 2 URM com redução de 60% (sessenta por cento) do valor dos juros moratórios e da multa de mora.

e) Em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais, sendo a primeira em até 30 (trinta) dias contados da adesão ao plano de parcelamento e o saldo em parcelas consecutivas desde que cada parcela não seja inferior a 2 URM com redução de 50% (cinquenta por cento) do valor dos juros moratórios e da multa



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DO TRIUNFO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

de mora.

f) Em até 48 (quarenta e oito) parcela mensais, sendo a primeira em até 30 (trinta) dias contados da adesão ao plano de parcelamento e o saldo em parcelas consecutivas desde que cada parcela não seja inferior a 2 URM com redução de 40% (quarenta por cento) do valor dos juros moratórios e da multa de mora.

g) Em até 60 (sessenta) parcela mensais, sendo a primeira em até 30 (trinta) dias contados da adesão ao plano de parcelamento e o saldo em parcelas consecutivas desde que cada parcela não seja inferior a 2 URM com redução de 20% (vinte por cento) do valor dos juros moratórios e da multa de mora.

§2º. O parcelamento deverá incluir a totalidade do débito consolidado, vedado o parcelamento parcial;

§3º. Cada parcela mensal atualizada será expressa em reais e deverá ser quitada até o seu vencimento junto Tesouraria da Prefeitura Municipal;

ART. 6º Efetuado o parcelamento, a exigibilidade do crédito permanecerá suspensa até sua efetiva liquidação, ficando o devedor com direito à obtenção de certidão positiva de débito com força ou efeito de negativa, ressalvada a hipótese de inadimplência, caso em que dar-se-á o vencimento antecipado da totalidade do saldo devido, tornando imediatamente exigível o crédito total remanescente.

ART. 7º. O parcelamento do débito implicará, automaticamente, na confissão da dívida e desistência, com renúncia irrevogável e irretroatável, de todas as ações, incidentes ou recursos judiciais ou processos administrativos e seus recursos, que tenham por objeto, ou finalidade mediata ou imediata, discutir ou impugnar lançamentos ou débitos incluídos no parcelamento, bem como na renúncia ao respectivo direito sobre que se fundam os respectivos pleitos.

§1º. Quando da formalização do parcelamento, o contribuinte deverá comprovar o recolhimento das custas processuais e as despesas judiciais correspondentes, bem como dos honorários advocatícios, ressalvadas as exceções desta Lei.

§2º. O Poder Executivo Municipal requererá a suspensão da respectiva ação de execução fiscal ou de cobrança até a efetiva quitação, sem desconstituição da penhora já realizada nos autos, sendo essa, condição para a adesão ao parcelamento.

ART. 8º. A falta de pagamento de qualquer das parcelas do parcelamento nos seus respectivos vencimentos sujeita o contribuinte à atualização monetária e juros legais, na forma estabelecida pelo Código Tributário Municipal.

ART. 9º. Deixando o contribuinte de efetuar o pagamento de 03 (três) prestações consecutivas ou atrasar o pagamento de qualquer parcela por mais de 90 (noventa) dias, será protestado o respectivo termo de parcelamento, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, prosseguindo-se a correspondente ação de execução fiscal e/ou ação de cobrança.

Parágrafo único - Não se aplicam os efeitos acima se o contribuinte e/ou devedor comprovar a



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DO TRIUNFO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

condição de desemprego, junto à Secretaria da Fazenda, hipótese em que lhe será possibilitada a interrupção do parcelamento por até 06 (seis) meses, improrrogáveis, postergando o pagamento dessas parcelas por prazo adicional ao do parcelamento formalizado.

ART. 10. O parcelamento ou reparcelamento do débito não impede que a exatidão dos valores confessados, quanto a débitos relativos ao Imposto Sobre Serviços, seja posteriormente revisada pelo Fisco Municipal, para efeito de eventual lançamento suplementar.

§1º. Apurada pelo Fisco Municipal inexatidão do valor confessado, o respectivo montante poderá ser parcelado nos termos desta Lei.

§2º. Caso não efetivado o pagamento do crédito tributário e/ou não tributário na forma e no prazo previsto nesta Lei, o contribuinte decairá do direito de aderir ao regime de parcelamento e ao gozo da anistia total ou parcial concedida, continuando exigível o valor integral dos tributos e/ou obrigações não-tributária, com todos os encargos e acréscimos legais e moratórios incidentes, inclusive a integralidade dos correspondentes juros e multa moratórios.

ART. 11. Os débitos tributários que já tenham sido parcelados poderão ser incluídos nos termos e condições desta Lei, incidindo, neste caso, o disposto no artigo 5º, incisos e parágrafos.

Parágrafo único - Havendo opção do contribuinte pela inclusão dos débitos já parcelados, fica de imediato cancelado o parcelamento anterior, sendo aplicado ao saldo existente correção monetária, multa e juros, na forma prevista no Código Tributário Municipal.

ART. 12. Para os débitos originados de decisões judiciais com trânsito em julgado tomar-se-á como valor inicial aquele fixado na sentença ou acórdão, observados os índices de correção e juros neles fixados, passando, daí, a incidir os descontos estabelecidos no artigo 5º desta Lei para a formalização do parcelamento.

ART. 13. A Secretaria da Fazenda é o órgão competente para decidir sobre todos os atos relacionados com a aplicação desta Lei.

ART. 14. A administração do parcelamento será exercida pela Secretaria da Fazenda, a quem compete o gerenciamento e a implementação dos procedimentos necessários à execução desta Lei, notadamente:

- I. Expedir atos normativos necessários à execução desta Lei;
- II. Promover a integração das rotinas e procedimentos necessários à execução desta Lei;
- III. Rescindir os termos de parcelamentos nas condições estabelecidas nesta Lei.

ART. 15. Esta Lei entra, bem como os seus efeitos, em vigor na data de 01 de janeiro de 2022, ficando revogadas as disposições em contrário.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DO TRIUNFO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

Gabinete do Prefeito, 22 de setembro de 2021

Elomar Rocha Kologeski

Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DO TRIUNFO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MENSAGEM JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 45/2021

Senhora Presidente,

Senhores Vereadores:

O presente projeto de lei que ora se apresenta a colenda Câmara de Vereadores, para o devido estudo e deliberação, projeto de lei anexo que institui o programa municipal de recuperação fiscal - refis e dá outras providências.

Considerando a queda nos repasses financeiros do Fundo de Participação dos Municípios – FPM e diminuição do pagamento voluntário de dos tributos municipais o que compromete o equilíbrio das contas públicas, deve o administrador tomar providências para o cumprimento das metas impostas na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Considerando que apesar de estarmos empreendendo todos os esforços para reduzir o montante da dívida ativa municipal, que atualmente importa em volume bastante expressivo, sendo que o resultado não é satisfatório devido a vários fatores, principalmente pela grave crise financeira que passa o País em parte causado pela pandemia da Covid-19, entre outros fatores.

O objetivo do presente é o de incrementar as receitas próprias com o recebimento de parte da dívida ativa, estimando arrecadar valor que reverterá em obras para os contribuintes.

Também é objetivo deste projeto a redução das ações ajuizadas para cobrança dos impostos municipais, beneficiando, com isto, toda a população que terá um Judiciário mais célere, visto a diminuição de processos.

Ressalta-se que na Lei de Diretrizes Orçamentárias, fez-se a menção de que haveria a prerrogativa da redução da multa e juros da dívida ativa, obedecendo ao previsto no art. 13 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Ante ao exposto e considerando que o projeto se reveste de grande importância para o Município, solicitamos que o mesmo seja apreciado com maior brevidade possível.

Certos de que esta solicitação será atendida, sem mais para o momento, renovamos os nossos protestos de estima e consideração.

Elomar Rocha Koloski
Prefeito Municipal